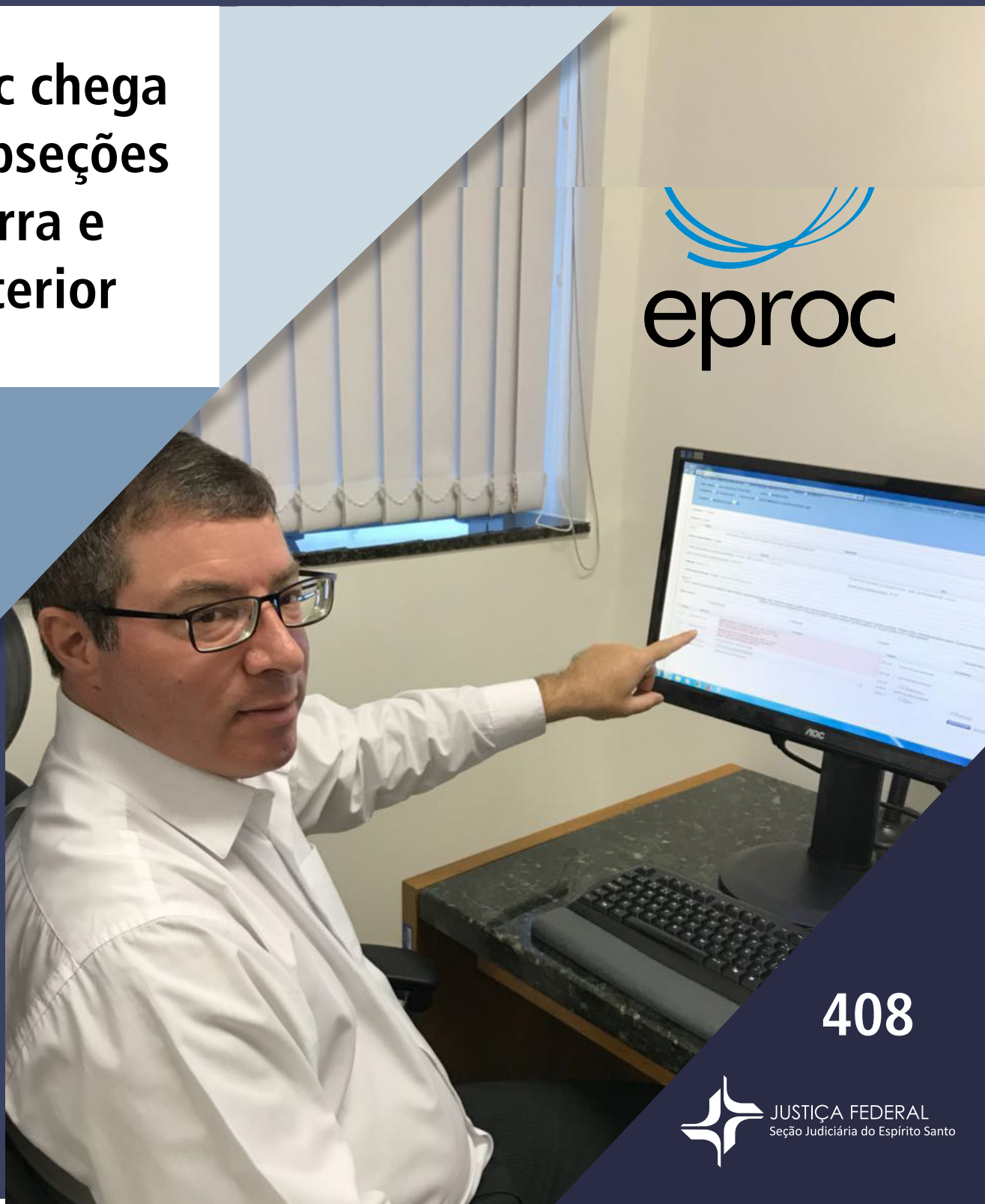
Justiça Federal Digital | Ano nº11 | Abril 2018

Justiça Federal

Digital

e-Proc chega às subseções de Serra e do interior

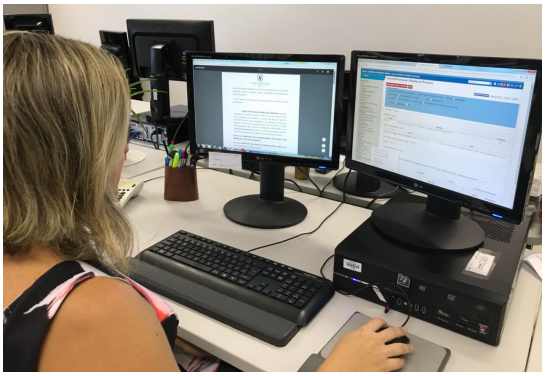


VF serrana foi a primeira subseção a receber processo no novo sistema. O titular da vara, juiz federal Bruno Dutra, fez o primeiro despacho

408

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo

e-Proc começa a funcionar nas subseções de Serra, interior e varas cíveis de Vitória

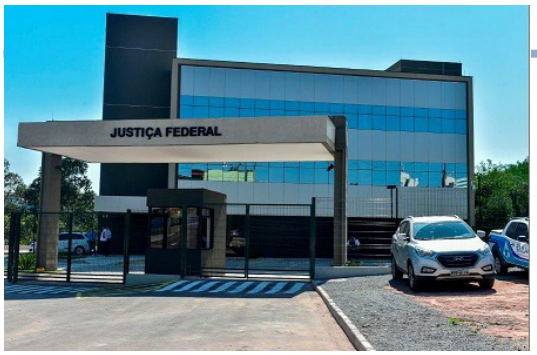


O sistema processual e-Proc - implantado em 23 de fevereiro nas Turmas Recursais e Juizados Especiais Federais de Vitória, em substituição ao Apolo - chegou no dia 10 de abril às subseções judiciárias de Serra e do interior do ES.

A partir daquela data, as petições iniciais destinadas aos juizados adjuntos de Serra, Linhares e São Mateus passaram a ser protocoladas no novo sistema. No dia 27 de abril, o e-Proc foi expandido para as ações previdenciárias e de propriedade industrial dessas varas e também das varas federais cíveis de Vitória.

Também no dia 27, o e-Proc entrou em funcionamento nas Subseções de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, nas matérias: previdenciária, propriedade industrial e juizados.

Primeiros processos



Serra

A Vara Federal de Serra foi a primeira das três a receber um processo pelo novo sistema, às 11h42 do dia 10/4. A autora tem 66 anos, é moradora de Serra, e requer aposentadoria por idade. O juiz federal Bruno Dutra, titular daquela vara, determinou a citação do réu, INSS.

Linhares

A Vara Federal de Linhares recebeu seu primeiro processo no e-Proc às 16h25, também no dia 10/4. A autora é uma mulher, de 24 anos de idade, residente em Linhares. Ela solicita benefício previdenciário (auxílio-doença).

A juíza federal Renata Costa Moreira Musse Lopes despachou, determinando a citação do INSS e a designação de perícia médica, para instrução do feito.

São Mateus

Em São Mateus, o primeiro processo foi autuado às 22h53 do dia 10/04, tendo como parte autora uma mulher, moradora de Mucurici-ES, que requer aposentadoria por idade rural. O réu também é o INSS.

Cachoeiro de Itapemirim

O primeiro processo pelo e-Proc foi recebido às 10h34, do dia 27/04/2018, na Subseção de Cachoeiro de Itapemirim foi uma ação de procedimento de Juizado Especial Federal, cujo autor tem 48 anos, mora em Alegre/ES e o réu é o INSS.

Trata-se de uma concessão de auxílio-doença e conversão do mesmo em aposentadoria por invalidez. De acordo com a diretora do JEF/Cachoeiro, Raquel Mousinho da Silveira, o processo "não foi despachado no dia, em razão da existência de processos com distribuição mais antiga na fila para serem despachados, seguindo a ordem cronológica de distribuição determinada pelo CPC".

Colatina

Um processo que trata de requerimento de benefício assistencial, ajuizado contra o Instituto Nacional do Seguro Social, foi o primeiro impetrado pelo e-Proc na Vara Federal de Colatina. Foi autuado em 30/04/2018, às 13:59:32. O autor é um homem de 41 anos, residente em Colatina.

No despacho, o juiz federal substituto Guilherme Alves dos Santos determinou a realização de pericia médica.

Varas cíveis de Vitória

O 1ª Vara Federal Cível foi a primeira vara federal cível de Vitória a receber processo pelo e-Proc: uma ação previdenciária - procedimento comum contra o INSS, que chegou às 12h57 do dia 30/4. O autor, de 53 anos, morador de Cachoeiro de Itapemirim, requer a concessão de aposentadoria especial.

Mas o primeiro despacho foi proferido na 6ª Vara Federal Cível, em uma ação previdenciária contra o INSS, impetrada por um homem de 55 anos, morador de Vila Velha, referente a pensão por morte de maior incapaz. A ação foi duistribuída para a vara no dia 30/04/2018 às 13h02. O despacho foi proferido 16h53 do mesmo dia, pela titular da vara, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, diretora do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, que indeferiu o pedido liminar e determinou a realização de perícia médica.

Próximas fases da implantação na SJES*

DATA	LOCALIDADE	FASE
21/05/2018	Vitória	Início do e-Proc nas varas de Execução Fiscal
25/06/2018	Vitória	Início do e-Proc nas varas cíveis para as demais matérias não criminais
	Serra, Linhares e São Mateus	Expansão do e-Proc para as demais matérias não criminais
	Cac. de Itapemirim e Colatina	Expansão do e-Proc para as demais matérias não criminais
29/06/2018	Todas (Serra, Vitória e interior)	Início do e-Proc na competência criminal

***Cronograma sujeito a alterações**

Saiba mais sobre o e-Proc

Desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, a opção pelo e-Proc, em substituição ao sistema Apolo, foi definida na sessão plenária do Tribunal Regional Federal da 2ª Região de 5 de outubro de 2017.

Uma das razões de sua escolha foi o alto custo para manutenção do sistema Apolo. Além disso, a Corte levou em conta a linguagem ultrapassada do atual sistema e também entendeu ser importante pôr fim à dependência com a empresa de informática contratada para seu gerenciamento.

Além da redução de custos, o e-Proc, segundo estudos da Corregedoria Regional da Segunda Região, que coordena sua implantação, apresenta muitas vantagens, dentre elas o acesso direto pela internet e smartphone, por certificado digital e, também, login e senha; suporte adequado de arquivos de áudio e vídeo; possibilidade de utilização de banco de dados gratuito; acesso automático e integrado à ampla base de dados de endereços da Receita Federal e demais órgãos públicos conveniados; chave de acesso para o processo, dispensando a impressão de contrafé do mandado; distribuição automática de petições iniciais pelo advogado; comunicação automática entre instâncias nos próprios autos; pagamento de custas e fiança em meio eletrônico; conciliação eletrônica.

Consulte no www.jfes.jus.br a Resolução nº TRF2-RSP-2018/00017, de 26 de março de 2018, que regulamenta a implantação e uso do sistema e-Proc na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais no âmbito na Justiça Federal da 2ª Região.

Suporte do e-Proc no ES

E-mail: eproc@jfes.jus.br (2ª a 6ª, das 8 às 19h)
Whatsapp: (27) 99203-2129 e (27) 99251-8782 (2ª a 6ª, das 8 às 19h)
Fixo: (27) 3183-5124 (2ª a 6ª, das 12 às 18h)

Servidores se capacitam para uso do novo sistema

O mês de abril na Justiça Federal foi marcado por uma maratona de capacitações internas voltadas para o uso do sistema e-Proc.

Foram capacitados servidores das varas cíveis de Vitória, juizados e varas federais do interior do Estado, além da equipe do Núcleo de Controle de Mandados e oficiais de Justiça.

Os cursos para as varas e juizados foram ministrados de forma generosa pela diretora da Secretaria Geral, Neidy Aparecida Emerick Torrezani, pela diretora de secretaria da 4ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória, Kláudia Kiefer, e pelas supervisoras Renata Simon Fernandes e Silvana Braselina Rodrigues, das seções de Distribuição - Cível e Criminal e dos JEFs e de Execução Fiscal, respectivamente.

Já a ação de desenvolvimento para os servidores do Controle de Mandados e oficiais de justiça foram conduzidos pelos servidores Jean Carlo Zequim, Fernando Grott de Carvalho e Alexandre de Melo Lima, lotados do do Núcleo de Tecnologia da Informação da Seção Judiciária do Paraná (SJPR), vinculada ao Tribunal Regional da 4ª Região (TRF4), onde o e-Proc foi desenvolvido.

Curso para servidores das varas cíveis de Vitória, no dia 2/4

Curso na VF-São Mateus, nos dias 5 e 6/4

Capacitação para servidores do Núcleo de Controle de Mandados (acima), no dia 19/4, e para oficiais de Justiça (abaixo), no dia 20/4

Acima, as instrutoras Kláudia Kiefer (1ª da esq. p/ dir.) e Neidy Torrezani (ao centro), com servidores do JEF-Cachoeiro. Abaixo, com a equipe da 2ª VF cachoeirense, de 17 a 20/4

Servidores participam de módulo de Rotinas da 2ª Instância

A diretora da Secretaria Geral, Neidy Aparecida Emerick Torrezani, o coordenador da secretaria das Turmas Recursais do Espírito Santo, Wilmar Carregozi Miranda, e os servidores Silvana Lúcia Braselina Rodrigues, do Núcleo de Distribuição, e Robson Correa, da secretaria das TRs/ES, participaram, de 10 a 13/04/2018, do curso 'Formação de instrutores para o e-Proc – Módulo II – Rotinas da 2ª Instância', na Divisão de Educação Corporativa - Divec/SGP/TRF2, no Rio de Janeiro.

Os instrutores foram Luís Fernando Sayão Lobato Ely, Diretor da Divisão de Sistemas de Produção e Gestão de Documentos Processuais do TRF da 4ª Região, e Paulo André Sayão Lobato Ely, diretor da secretaria de Órgãos Julgadores.

O objetivo do curso foi capacitar os servidores que atuam com as rotinas do e-Proc na 2ª instância.

Portaria suspende prazos nas Subseções Judiciárias do Espírito Santo para realização de cursos de e-Proc

O presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador federal André Fontes, suspendeu os prazos processuais nas subseções e juízos da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo para realização de cursos dos usuários internos do sistema processual e-Proc, conforme abaixo:

Juízo	Período
Subseção Judiciária de Serra	02 a 06 de abril de 2018
Subseção Judiciária de Linhares	03 e 04 de abril de 2018
Subseção Judiciária de São Mateus	05 e 06 de abril de 2018
Subseção Judiciária de Colatina	12 e 13 de abril de 2018
Juizado Especial Federal de Cachoeiro de Itapemirim	17 e 18 de abril de 2018
2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim	19 e 20 de abril de 2018

Os prazos que vencerem nos referidos dias nos juízos indicados acima ficaram prorrogados.

Veja a íntegra da Portaria no www.jfes.jus.br, no histórico de "Notícias".

OUTRAS NOTÍCIAS

Diretora do foro e juiz de Cachoeiro participam de simpósio nos Estados Unidos

A diretora do foro, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, e o juiz substituto da 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim, Sávio Soares Klein, participaram do "Harvard Law Brazilian Association Legal Symposium", de 16 a 20 de abril, nos Estados Unidos.

Organizado por alunos e ex-alunos, brasileiros, da faculdade de Direito de Harvard, o evento foi realizado na cidade de Cambridge (Massachusetts), na sede da universidade, em parceria com a Associação dos Juízes Federais dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Participaram do evento conhecidos nomes do Direito brasileiro, da academia e do Poder Judiciário, dividindo painéis com professores da Harvard Law School e de outras instituições. Dentre os brasileiros, estavam o ministro do STF Luís Roberto Barroso, a procuradora-geral da República Raquel Dodge, e os juízes federais Sergio Moro (Curitiba/PR) e Marcelo Bretas (Rio de Janeiro/RJ).

Com o tema "Direito no Século 21", foram debatidos assuntos relevantes relacionados ao tema, nos quais a doutrina e a jurisprudência ainda precisam evoluir, como neurociência, inteligência artificial, robotização, litigância climática, sustentabilidade, desenvolvimento, análise do custo-benefício e economia.

Juiz deve fazer triagem do que pode ir para mediação, diz professora de Harvard

A professora da Faculdade de Direito de Harvard Ana Carolina Riella defendeu que os juízes façam uma triagem dos casos que podem ser resolvidos por mediação e o aconselhem às partes que adotem soluções alternativas de conflitos. Segundo ela, nos EUA apenas 3% dos conflitos são resolvidos pela Justiça. O Brasil teve 29 milhões de novas ações em 2017. Riella participou nesta terça-feira (17) de um painel ao lado do professor da USP André Ramos Tavares, no Harvard Law Brazilian Association Legal Symposium, apoiado pela AMAERJ, em Cambridge, nos EUA.

Publicação da Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj). À direita, na foto, a diretora do foro, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik

Vice-diretor do foro profere palestra em universidade americana

No dia 5 de abril, o vice-diretor do foro da SJES, juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, proferiu a palestra "Judicial Activism of Brazilian Courts and the Impact on Political Order", na American University Washington College of Law. Durante a sua estadia na capital norte-americana o juiz também visitou o Federal Judicial Center, órgão responsável pela educação continuada dos juízes federais e pelo fornecimento de suporte a pesquisas das Cortes dos EUA, bem como o "Federal Courthouse" do Distrito de Maryland.

Condecoração – Em março, o vice-diretor do foro recebeu a Medalha Tiradentes, maior comenda instituída pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. A cerimônia de entrega foi realizada no Quartel do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar daquele Estado.

TRF2 remove juízes federais no âmbito da Seção Judiciária do ES

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região removeu, a pedido, a partir de 16 de abril de 2018, os juízes federais substitutos Ubiratan Cruz Rodrigues e Caio Souto Araújo.

O juiz federal substituto Ubiratan Cruz Rodrigues atuava na Vara Única de Macaé/RJ e foi removido para o Juizado Especial Federal de Cachoeiro de Itapemirim.

Já o juiz federal substituto Caio Souto Araújo, que atuava no Juizado Especial Federal de Cachoeiro de Itapemirim, passa a atuar na Vara Federal de Serra.

Os atos referentes à remoção dos magistrados (ATO Nº TRF2-ATP-2018/00140 e ATO Nº TRF2-ATP-2018/00124, ambos de 06 de abril de 2018) foram disponibilizados no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região de 11 de abril de 2018.

O juiz federal substituto Caio Souto Araújo foi removido do JEF-Cachoeiro para a VF-Serra

Equipes do TRF2 e da SJES se reúnem para discutir eSocial

Servidores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e da Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES) se reuniram, na tarde de 20/4, para discutir a implantação do programa eSocial na 2ª Região.

De acordo com a supervisora da Seção de Desenvolvimento em Informática (Sedin/NTI), Juliana Pezzin, "o ponto mais importante conversado foi sobre o alinhamento da SJES com o TRF2/SJRJ para caminharem juntos, no sentido de terem os mesmos entendimentos das informações que serão enviadas ao eSocial a partir de janeiro/2019".

Informações validadas

Na mesma semana, a Justiça Federal capixaba recebeu a visita da MPS [empresa responsável por alguns sistemas de informática em uso na 2ª Região], para apresentar uma solução, ou seja, um sistema Integrador que reunirá informações de vários outros sistemas (Folha, SGRH, Financeiro, Sistema de Saúde, etc) e validará essas informações de acordo com as regras do eSocial para então transmiti-las. De 23 a 27/04, houve ainda estudos dirigidos separados por áreas envolvidas com o eSocial.

Saiba mais sobre o eSocial

De acordo com o site do programa (portal.esocal.gov.br), o eSocial "é um novo sistema de registro, elaborado pelo Governo Federal, para facilitar a administração de informações relativas aos trabalhadores". Por esse sistema, o Governo será comunicado, de forma unificada, das informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, etc.

Cescon faz mutirão de processos da Caixa e do INSS em Vitória

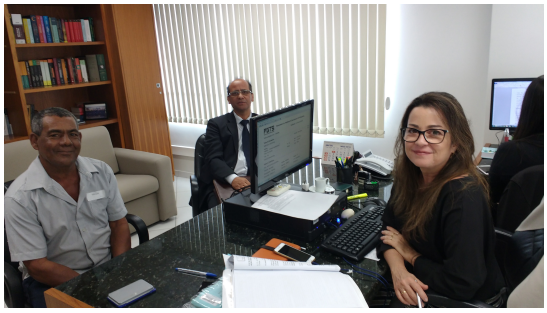
O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon) realizou de 23 a 25 de abril mutirão de processos envolvendo processos da Caixa que tramitam, em sua maior parte, na 3ª Vara Federal Cível de Vitória, e também na Vara Federal de Serra.

Foram levadas para as mesas de negociação cerca de 250 processos, buscando solução para dívidas e danos morais.

Na quinta-feira, 26, o Cescon promoveu audiências em parceria com o INSS e, na sexta, 27, audiências pré-processuais com a Caixa.

Mutirão previdenciário em Colatina

Por designação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e da Corregedoria-Regional da 2ª Região, foi realizado mutirão de conciliação e sentenças nos dias 23 e 24/04, em processos previdenciários que tramitam na Vara Federal de Colatina.



Atuaram no mutirão os juízes federais Maria Cristina Ribeiro B. Kanto e Guilherme Alves dos Santos, titular e substituto da VF de Colatina, e os juízes federais Marcelo da Rocha Rosado (coordenador do Cescon), Rodrigo Reiff Botelho e Aline Alves de Melo Miranda Araújo.

Nas fotos, audiências conduzidas pela juíza federal Maria Cristina Ribeiro Kanto (acima) e Guilherme Alves dos Santos (ao lado)

QUER CONCILIAR?

Ligue (27) 3185-5015 ou envie e-mail para conciliacao@jfes.jus.br

Biblioteca da Justiça Federal disponibiliza 18 novos títulos

Os livros estão disponíveis para consultas no oitavo andar da sede da Justiça Federal (Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória/ES). Confira:

ABRAHAM, Marcus. **Curso de direito financeiro brasileiro.** 4. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. xiii, 438 p. Inclui notas explicativas, bibliográficas e urisprudenciais. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-309-7475-6.

ABRAHAM, Marcus. **Lei de responsabilidade fiscal comentada.** Prefácio de Luis Felipe Salomão. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. 314 p. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-309-7501-2.

ALVIM, Arruda. **Manual de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento.** 17. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. 1149 p. Inclui notas explicativas, bibliográficas, bibliografia e índices legislativo, onomástico e alfabético-remissivo. ISBN 978-85-203-7076-6.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo.** 31. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017. xlviii, 1343. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-97-00955-2.

DUARTE, Francisco Leite. **Direito tributário: teoria e prática.** 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. 864 p. ISBN 978-85-203-6022-4.

FERRAZ, Luciano; GODOI, Marciano Seabra; SPAGNOL, Werther Botelho. **Curso de direito financeiro e tributário.** 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 468 p. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-450-0206-2.

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral.** 13. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017. 914 p. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-97-00937-8.

GONÇALVES, **Marcus Vinícius Rios. Direito processual civil: esquematizado.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 974 p. (Esquematizado). Bibliografia: p. 967-974. ISBN 978-85-472-1163-9.

MARCÃO, Renato Flávio. **Código de processo penal comentado.** São Paulo: Saraiva, 2016. 1445 p. ISBN 978-85-02-62678-2.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel Francisco. **Novo curso de processo civil.** 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. 3 v. Inclui notas explicativas, bibliográficas e bibliografia. ISBN 978-85-203-7086-8 (v. 1); 978-85-203-7088-9 (v. 2); 978-85-203-7087-2 (v. 3).

MARINS, James. **Direito processual tributário brasileiro: administrativo e judicial.** 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. 892 p. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-203-7266-1.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais.** Apresentação de Antônio Herman Benjamin. 8. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. 1596 p. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-203-6640-0.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado.** 16. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. 1608 p. Inclui bibliografia e índice. ISBN 978-85-309-7129-8.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal.** 14. ed. rev., atual. e ampl.,. Rio de Janeiro: Forense, 2017. 1054 p. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-309-7130-4.

OLIVEIRA, Weder de. **Curso de responsabilidade fiscal: direito, orçamento, finanças públicas.** Prefácio de Gilmar Ferreira Mendes. 2. ed. rev., ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2015. v. ISBN 978-85-450-0062-4.

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Código Tributário Nacional comentado.** São Paulo: Método, 2017. 515 p. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-309-6621-8.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil.** 59. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018. 3 v. Inclui notas explicativas, bibliográficas, bibliografia e índice. ISBN 978-85-309-7770-2.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Processo de execução e cumprimento da sentença.** 29. ed. rev. e atual. São Paulo: LEUD, 2017. 1118 p. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7456-335-0.

CCJF: "Corpo Santo" traz esculturas de Hippólito Alves

O Centro Cultural Justiça Federal – Núcleo de Vitória e a Seção Judiciária do Espírito Santo convidam para a exposição "Corpo Santo", com esculturas do artista Hippólito Alves.

A exposição foi aberta em 17 de abril e vai até 23 de maio, na sede da Justiça Federal, em Vitória.

O artista

Hippolito Alves é escultor e atua nas artes plásticas desde 1984.

A exposição Corpo Santo reúne esculturas feitas em uma liga desenvolvida pelo artista, composta de minério, calcita e resina. Imagens de Padre Anchieta, Nossa Senhora do Leite e de Cristo Crucificado são algumas de suas mais notáveis criações.

O artista explica um dos objetivos principais da exposição. "É uma exposição educativa que visa trazer ao visitante o conhecimento sobre o potencial artístico e cultural de nosso Estado".

Serviço

Exposição: Corpo Santo

Período: de 17/4 a 23/5

Horário: das 12 às 17 horas

Local: sede da Justiça Federal

Endereço: Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória

Veja como ficou o expediente da Justiça Federal no Feriado de Nossa Senhora da Penha

Não houve expediente:

Dia 09/04 – em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim (Portaria Nº TRF2-PTP-2017/00757 de 29 de novembro de 2017)

Veja a íntegra da Portaria no www.jfes.jus.br

NCS: ncs@jfes.jus.br
Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas

COMO FICOU O EXPEDIENTE NA JUSTIÇA FEDERAL NOS DIAS 30/4 E 1º/5

Nos dias 30 de abril e 1º de maio de 2018 não houve expediente na Justiça Federal do Espírito Santo.

Em relação ao dia 30 de abril, de acordo com a Portaria nº TRF2-PTP-2017/00757 de 29 de novembro de 2017, "as horas não trabalhadas deverão ser repostas" (item 2.1).

Não correu prazo processual nos dias em que não houve expediente.

A íntegra da portaria e o plantão judicial podem ser consultados no **www.jfes.jus.br.**

NCS: ncs@jfes.jus.br
Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas

Informativo produzido pelo:
Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)
Justiça Federal do Espírito Santo

Contatos:
Telefone: (27) 3183-5109
E-mail: ncs@jfes.jus.br
Site: www.jfes.jus.br

Projeto Gráfico
Subsecretaria de Produção Visual - SPRO